

MUSEUS E MONUMENTOS DE PORTUGAL, E.P.E. (MMP, EPE)

AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE PARA OS ESPAÇOS DA MMP, EPE,
EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO AQ-ELE/2024

CPR/12/2024

CONVITE

A Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., vem pelo presente convidar V. Exas. a apresentar proposta para o fornecimento de eletricidade para as suas instalações em todo o território nacional, no âmbito do Lote 2 – todos os níveis de tensão – eletricidade 100% renovável, do acordo quadro AQ-ELE/2024, celebrado entre a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP) e as entidades fornecedoras, em conformidade com o disposto nos artigos 259.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado por CCP, nos termos e condições indicadas no caderno de encargos do AQ-ELE/2024, e no caderno de encargos da presente consulta prévia.

Artigo 1.º Objeto do contrato

O procedimento de formação de contrato destina-se à contratação de fornecimento de eletricidade para as instalações da MMP, EPE, em todo o território nacional, nos termos previstos no convite, caderno de encargos e respetivas cláusulas técnicas que dele fazem parte integrante.

O presente procedimento de consulta prévia é efetuado ao abrigo do Lote 2 do Acordo Quadro AQ-ELE/2024 e encontra-se em conformidade com o disposto nos artigos 259.º e seguintes do CCP e corresponde ao Código de Vocabulário Comum (CPV) 09310000-5 - Electricidade.

Artigo 2.º Entidade adjudicante e decisão de contratar

A entidade adjudicante é a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (“MMP”), pessoa coletiva n.º 517 804 417, com sede em Lisboa e instalações sitas na Ala Sul do Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, tendo a decisão de contratar sido tomada, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, por deliberação do Conselho de Administração, no âmbito dos poderes conferidos a este órgão nos termos do artigo 8.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro.

O processo decorre na Direção de Gestão da MMP, EPE, de acordo com as condições constantes do presente convite, no caderno de encargos e respetivos anexos.

Artigo 3.º Encargos Plurianuais

Os encargos plurianuais foram aprovados por S. Exas. a Secretária de Estado da Cultura e o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento no dia 30 de dezembro de 2024, cuja Portaria de Extensão de Encargos n.º 24/2025/2, foi publicada na 2.ª série do Diário da república, no dia 7 de janeiro de 2025.

Artigo 4.º Fundamento da Escolha do Procedimento

A escolha do procedimento de consulta prévia fundamenta-se no disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 252.º e no n.º 1 do artigo 259.º, ambos do CCP.

Artigo 5.º Regras de Participação e entidade que acompanha o procedimento

A participação no procedimento será limitada aos fornecedores previamente selecionados no âmbito do Lote 2 do AQ-ELE/2024.

Nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP e do disposto no n.º 4 do artigo 16.º do Caderno de Encargos do Acordo Quadro AQ-ELE/2024, como entidade voluntária do SNCP, o procedimento e todas as comunicações e notificações serão efetuadas através da plataforma de contratação pública utilizada pela MMP, EPE - acinGov - <https://www.acingov.pt>.

Nos termos do artigo 109.º, n.º 1 do CCP, a competência para a prática de todos os atos do presente procedimento, com exceção dos previstos na segunda parte do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, é do júri do procedimento designado.

Artigo 6.º Esclarecimentos e retificações

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov utilizando o seguinte link <https://www.acingov.pt>, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.

Os esclarecimentos serão prestados por escrito através da plataforma eletrónica de contratação pública já mencionada, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo o interessado notificado desse facto pelo Júri, nos termos da competência delegada pelo órgão competente, sem prejuízo do n.º seguinte.

Nos termos do disposto no artigo 116.º do CCP, quando o prazo fixado para a apresentação de proposta seja inferior a 9 (nove) dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas pela entidade adjudicante até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação das propostas.

Os esclarecimentos prestados e as retificações efetuadas às peças pela entidade adjudicante serão juntos às peças do procedimento, as quais fazem parte integrante das peças e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º Erros ou Omissões

Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado pode, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao termo do segundo terço do prazo para a apresentação da proposta, não sejam por ele expressamente aceites.

Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

A decisão sobre as listas de erros e omissões detetados pelo interessado será notificada ao interessado através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov e junta às peças do procedimento.

Será ainda aplicável, neste âmbito, o disposto no artigo 64.º do CCP.

Artigo 8.º Impedimentos

Não pode ser concorrente ao presente procedimento a entidade que incorra nos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.

Artigo 9.º Prazo e modo de apresentação das propostas

As propostas e os documentos que as constituem devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.

A proposta deve ser apresentada pelos concorrentes até às **23h59 do 6.º (sexto) dia a contar da data de envio do convite**.

Artigo 10.º Documentos que constituem as propostas

As propostas a apresentar devem ser compostas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conforme Modelo que integra o presente convite como **Anexo I**;
- b) Proposta com indicação dos preços da energia ativa propostos, sem considerar as Tarifas ERSE de acesso às redes, a Taxa de Exploração DGEG, a Contribuição Audiovisual (CAV), o Imposto Elétrico, o IVA ou outros impostos, taxas ou encargos, conforme **Anexo II** ao presente Convite - PU. Os preços unitários devem ser apresentados com quatro casas decimais, não incluindo o IVA. Quando os preços sejam apresentados com mais de quatro casas decimais, será considerado o valor do arredondamento simples (por excesso ou por defeito consoante a centésima seja igual ou superior a cinco ou inferior a cinco, respetivamente). Para aferição do preço da proposta aquele será arredondado a quatro casas decimais, de acordo com a mesma regra;
- c) Documento com a indicação do código de acesso à certidão permanente do registo comercial ou a certidão permanente do registo comercial e/ou procuração, por forma a verificar a validade da assinatura e se o representante legal tem poderes para o efeito.

Os concorrentes poderão ainda indicar outros aspetos que considerem relevantes para a apreciação das propostas, para efeitos da parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, desde que os mesmos não contrariem as peças do procedimento.

Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos e quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Os documentos que integrem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 58.º do CCP, ou, não o sendo, devem ser acompanhados pela tradução certificada/legalizada e em relação ao qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

A proposta deve ser elaborada em perfeita conformidade com as Cláusulas do Caderno de Encargos, o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento o concorrente se obriga.

Artigo 11.º Assinatura dos documentos da proposta

Cada um dos documentos que constituem a proposta deve, nos termos da lei, ser assinado pelos concorrentes ou pelo representante que tenha poderes para os obrigar.

Em cumprimento das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 54.º e do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, todos os documentos que compõem a proposta, devem ser assinados, com recurso a assinatura eletrónica/digital qualificada, os quais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Nos casos em que o certificado utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, como é o caso do cartão de cidadão, o concorrente deve submeter, obrigatoriamente, um documento indicando o poder de representação e de assinatura, designadamente uma certidão do registo comercial e/ou uma procuração, conferindo os poderes necessários para o efeito.

Artigo 12.º Prazo de manutenção da proposta

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias, nos termos fixados no artigo 65.º do CCP.

Artigo 13.º Classificação dos documentos das propostas

Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, nos termos do artigo 66.º do CCP, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos de restrição ou de limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Quando por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los através do modo definido para a apresentação de proposta ou no prazo fixado, o júri pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

Artigo 14.º Propostas variantes

Não será admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos e para os efeitos do artigo 59.º do CCP.

Artigo 15.º Negociação e Leilão

As propostas não serão objeto de negociação ou de leilão.

Artigo 16.º Preço Base

O preço base fixado para o presente procedimento é de EUR 3 040 000,00 (três milhões e quarenta mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, assim como outras taxas e impostos legais em vigor, aplicáveis ao sector da energia elétrica e, corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

Para o cálculo do preço base contribuirão os preços unitários médios kWh previstos constantes no Catálogo Nacional de Compras Públicas - CNCP e a diversidade dos níveis de tensão, ciclos e tarifários para cada um dos fornecimentos do conjunto das instalações da MMP, EPE, conforme Anexo I ao Caderno de Encargos.

Os preços unitários propostos pelos concorrentes para cada tipologia de serviços a prestar, não podem, nos termos da Cláusula 4.ª dos contratos para o Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, celebrados entre a ESPAP, IP e todos os cocontratantes, exceder os preços propostos pelos concorrentes no procedimento que conduziu à celebração do Acordo Quadro, publicados no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), sob pena de exclusão das propostas.

O preço base inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à MMP, designadamente as despesas eventualmente incorridas com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos do adjudicatário, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

Artigo 17.º Critério de adjudicação e critério de desempate

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade contratante, na modalidade monofator, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º CCP, conforme o disposto no n.º 2 da cláusula 17.ª do Caderno de Encargos do AQ-ELE/2024, nos termos do número seguinte (menor valor), não podendo ser ultrapassados os preços unitários propostos pelos concorrentes no procedimento que conduziu à celebração dos contratos com a ESPAP, IP, ao abrigo do Acordo Quadro, publicados no Catálogo nacional de Compras Públicas (CNCP).

A pontuação das propostas será calculada tendo em conta o somatório dos valores unitários apresentados, e respetivas ponderações, conforme o n.º 7 da Cláusula 10.ª do Programa de Concurso do AQ-ELE/2024, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PL1 = 0,10 \times PEA \text{ BTN} + 0,35 \times PEA \text{ BTE} + 0,55 \times PEA \text{ MT}$$

Em que:

$$PEA \text{ BTN} = (PEA \text{ BTN1} + PEA \text{ BTN2} + PEA \text{ BTN3} + PEA \text{ BTN4} + PEA \text{ BTN5} + PEA \text{ BTN6} + PEA \text{ BTN7} + PEA \text{ BTN8} + PEA \text{ BTN9})/9$$

Em que:

PEA BTN1 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $\leq 20,7$ kVA - Sem ciclo - Simples - Todas as horas

PEA BTN2 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $\leq 20,7$ kVA - Ciclo diário/semanal - Bi-horário - Horas fora de vazio

PEA BTN3 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $\leq 20,7$ kVA - Ciclo diário/semanal - Bi-horário - Horas de vazio

PEA BTN4 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $\leq 20,7$ kVA - Ciclo diário/semanal - Tri-horário - Horas de ponta

PEA BTN5 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $\leq 20,7$ kVA - Ciclo diário/semanal - Tri-horário - Horas cheias

PEA BTN6 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $\leq 20,7$ kVA - Ciclo diário/semanal - Tri-horário - Horas de vazio

PEA BTN7 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $> 20,7$ kVA e $\leq 41,4$ kVA - Ciclo diário/semanal - Trihorário - Horas de ponta

PEA BTN8 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $> 20,7$ kVA e $\leq 41,4$ kVA - Ciclo diário/semanal - Trihorário - Horas cheias

PEA BTN9 - BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $> 20,7$ kVA e $\leq 41,4$ kVA - Ciclo diário/semanal - Trihorário - Horas de vazio

Em que:

$$PEA \text{ BTE} = (PEA \text{ BTE1} + PEA \text{ BTE2} + PEA \text{ BTE3} + PEA \text{ BTE4} + PEA \text{ BTE5} + PEA \text{ BTE6} + PEA \text{ BTE7} + PEA \text{ BTE8})/8$$

Em que:

PEA BTE1 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo diário - Tetra-horário - Horas de ponta

PEA BTE2 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo diário - Tetra-horário - Horas cheias

PEA BTE3 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo diário - Tetra-horário - Horas de vazio normal

PEA BTE4 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo diário - Tetra-horário - Horas de super vazio

PEA BTE5 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo semanal - Tetra-horário - Horas de ponta

PEA BTE6 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo semanal - Tetra-horário - Horas cheias

PEA BTE7 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo semanal - Tetra-horário - Horas de vazio normal

PEA BTE8 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo semanal - Tetra-horário - Horas de super vazio

Em que:

$$PEA \text{ MT} = (PEA \text{ MT1} + PEA \text{ MT2} + PEA \text{ MT3} + PEA \text{ MT4})/4$$

Em que:

PEA MT1 - MT- Média tensão - Ciclo semanal/semanal opcional - Tetra-horário - Horas de ponta

PEA MT2 - MT- Média tensão - Ciclo semanal/semanal opcional - Tetra-horário - Horas cheias

PEA MT3 - MT- Média tensão - Ciclo semanal/semanal opcional - Tetra-horário - Horas de vazio normal

PEA MT4 - MT- Média tensão - Ciclo semanal/semanal opcional - Tetra-horário - Horas de super vazio

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado nos termos do n.º 10 da cláusula 10.ª do Programa do concurso do AQ-ELE/2024, ou seja, sendo considerado como fator de desempate o menor valor apresentado para a pontuação do preço da energia ativa (PEA), expresso em €/kWh, por nível de tensão, pela ordem elencada na seguinte tabela:

Código	Nível de Tensão	Ordem de desempate
PEA MT	Média Tensão	1.º
PEA BTE	Baixa Tensão Especial	2.º
PEA BTN	Baixa Tensão Normal	3.º

Subsistindo o empate, o desempate será realizado mediante sorteio, efetuado em conformidade com o **Anexo III** ao presente convite.

Artigo 18.º Exclusão de propostas

Sem prejuízo do disposto no artigo 72.º do CCP, as propostas serão analisadas em todos os seus atributos, termos ou condições e serão excluídas quando a sua análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Serão ainda excluídas as propostas apresentadas por concorrentes que não hajam sido qualificados no âmbito do Lote 2 do AQ-ELE-2024.

Serão igualmente excluídas propostas que apresentem preços unitários em violação dos preços máximos propostos pelos concorrentes para cada tipologia de serviços a prestar, nos termos da Cláusula 4.ª dos contratos para o Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, celebrados entre a ESPAP, IP e todos os cocontratantes, publicados no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCPP).

Artigo 19.º Decisão e notificação de adjudicação

Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP.

Para os efeitos do previstos no número anterior, o adjudicatário deve entregar no **prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar da notificação de adjudicação, a seguinte documentação:

- Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme **Anexo IV** ao presente convite;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP (certificado do registo criminal da entidade e dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e situação regularizada relativamente a impostos) ou disponibilização dos respetivos códigos de acesso para a consulta online;
- Registo Central do Beneficiário Efetivo ou respetivo código de acesso.

Os documentos de habilitação são apresentados diretamente através da plataforma eletrónica de compras públicas acinGov.

Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, é de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação para o efeito.

Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado relativamente ao qual o facto ocorreu, sendo fixado um prazo de até 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, querendo, ao abrigo do exercício do direito de audiência prévia.

Caso se verifique que a situação ocorreu por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação ao qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

A apresentação dos documentos de habilitação obedece ainda ao disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

Artigo 20.º Prestação de caução

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do CCP, será exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

A caução a prestar corresponderá a 5% do preço contratual, sem IVA.

O adjudicatário deverá prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, podendo comprovar a respetiva prestação no dia imediatamente subsequente, devendo o adjudicatário:

- Submeter cópia digitalizada do mesmo até ao término daquele prazo, via plataforma eletrónica onde corre termos o procedimento;
- Remeter o original, através de correio registado, para a sede da Entidade adjudicante até ao primeiro dia subsequente ao término do prazo acima referido.

Nos termos do disposto no artigo 90.º do CCP, a caução é prestada através de depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, mediante garantia bancária ou seguro-caução, em conformidade com os modelos constantes do **Anexo V**.

Artigo 21.º Contrato a celebrar

Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP o contrato a celebrar será reduzido a escrito.

Artigo 22.º Encargos dos concorrentes

Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração e submissão das propostas.

As despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato que não se encontrem expressamente atribuídas à MMP, EPE, são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 23.º Legislação e foro aplicáveis

O contrato é regido pelas disposições do Acordo Quadro - AQ-ELE-2024, sendo-lhe, em tudo o que for omissivo, aplicável o CCP e demais legislação aplicável.

Para resolução de todos os litígios decorrentes do procedimento pré-contratual e contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

ANEXOS:

Anexo I – Modelo de declaração Anexo I do CCP [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º CCP];

Anexo II – Preços Unitários;

Anexo III – Regras do Sorteio;

Anexo IV – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;

Anexo V – Modelos de Caução.

Nota: Caso o interessado tenha dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderá recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço eletrónico www.acingov.pt ou do telefone 707451451 ou através do e-mail: apoio@acingov.pt das 09:00 às 19h00, em dias úteis.

Anexo I - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II – PREÇOS UNITÁRIOS
(a que se refere a b) do artigo 10.º do convite)

Lote 2 – Todos os níveis de tensão - Eletricidade 100% Renovável

Energia ativa | Proposta de preço

Nível de Tensão		Ciclo	Tarifário			PEA (preço da energia ativa) €/kWh *		Ponderado
BTN - Baixa Tensão Normal	Potência Contratada ≤ 20,7 kVA	Sem Ciclo	Simplex	Todas as horas	PEA BTN1	-	€	0,10
		Ciclo Diário Ciclo Semanal	Bi-horário	Horas fora de vazio	PEA BTN2	-	€	
				Horas de vazio	PEA BTN3	-	€	
			Tri-horário	Horas de ponta	PEA BTN4	-	€	
				Horas cheias	PEA BTN5	-	€	
				Horas de vazio	PEA BTN6	-	€	
	Potência Contratada > 20,7 kVA e ≤ 41,4 kVA	Ciclo Diário Ciclo Semanal	Tri-horário	Horas de ponta	PEA BTN7	-	€	
				Horas cheias	PEA BTN8	-	€	
				Horas de vazio	PEA BTN9	-	€	
BTE - Baixa Tensão Especial		Ciclo Diário	Tetra-horário	Horas de ponta	PEA BTE1	-	€	0,35
				Horas cheias	PEA BTE2	-	€	
				Horas de vazio normal	PEA BTE3	-	€	
				Horas de super vazio	PEA BTE4	-	€	
		Ciclo Semanal	Tetra-horário	Horas de ponta	PEA BTE5	-	€	
				Horas cheias	PEA BTE6	-	€	
				Horas de vazio normal	PEA BTE7	-	€	
				Horas de super vazio	PEA BTE8	-	€	
MT- Média Tensão		Ciclo Semanal Ciclo Semanal Opcional	Tetra-horário	Horas de ponta	PEA MT1	-	€	0,55
				Horas cheias	PEA MT2	-	€	
				Horas de vazio normal	PEA MT3	-	€	
				Horas de super vazio	PEA MT4	-	€	

* Indicar preços unitários de energia ativa por kWh (€/kWh), com 4 casas decimais, sem considerar o valor das Tarifas ERSE de acesso às redes, a Taxa de Exploração DGEG, a Contribuição Audiovisual (CAV), o Imposto Elétrico, o IVA ou outros impostos, taxas ou encargos. Todas as células de preço são de preenchimento obrigatório, sob pena de exclusão da proposta.

Anexo III - REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO (a que se refere o ponto 17.4 do convite)

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante legal de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

Proceder-se-á ao desempate das propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento: Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no presente convite;

Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;

A realização do sorteio terá lugar nas instalações da MMP, sitas no Palácio Nacional da Ajuda, Ala Sul, 1349-021 Lisboa;

A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:

- 1.ª Posição – Bola n.º 1
- 2.ª Posição – Bola n.º 2
- 3.ª Posição – Bola n.º 3

E assim sucessivamente tendo em conta a quantidade de propostas empatadas.

A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das propostas na plataforma eletrónica de contratação pública;

Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;

Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo V – MODELOS DE CAUÇÃO
[Modelos a que se refere o artigo 20.º do Convite]

A – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

Procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), Em nome e a pedido de (empresa, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, empresas, números de identificação fiscal e sedes), para efeitos de prestação da(o) (garantia bancária) até ao limite de (montante), para segurança do cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato de (serviços a realizar) celebrado entre a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. e a

A presente garantia em dinheiro cobre até ao citado montante todas e quaisquer responsabilidades e obrigações de, contraídas perante a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. e relativas ao referido contrato de, pelo que o, na qualidade de, se compromete irrevogavelmente a pagar à Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. quaisquer quantias, até ao referido limite, logo que tal seja solicitado.

A entidade garante não se pode opor à entidade beneficiária por quaisquer meios de defesa de que a entidade ordenante possa prevalecer-se face à entidade beneficiária.

A caducidade da presente garantia depende da comunicação escrita da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. efetuada ao Banco, de que cumpriu pontualmente as obrigações emergentes do contrato e legislação antes referida.

... (local) ,... (data)... [assinatura eletrónica qualificada e selo temporal de validação cronológica, reconhecida na qualidade]

B – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

Nos termos e para os efeitos dos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos e do Programa de Procedimento relativo à “Consulta Prévia para a aquisição de serviços de..... [identificar o procedimento]” (doravante o “Programa do Procedimento”), a [Companhia de Seguros], pessoa coletiva n.º [.....], com sede em [.....], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [.....] sob o n.º [.....], com o capital social de [.....] (a “Seguradora”), vem prestar, a pedido de [identificação completa do adjudicatário] (o “Segurado”), com sede em [.....], o presente seguro caução no valor de€ (.....euros), [5% do preço contratual], a favor da [entidade adjudicante] enquanto entidade contratante (o “Tomador”), em caução do bom e pontual cumprimento pelo Segurado de todas e quaisquer obrigações decorrentes da sua qualidade de concorrente na acima referida consulta prévia ao abrigo do acordo quadro AQ-VS/2022, nos termos seguintes:

1. O presente seguro-caução constitui uma obrigação direta da Seguradora, incondicional, irrevogável e à primeira solicitação, comprometendo-se a Seguradora a proceder ao pagamento de quaisquer quantias ao Tomador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após receção de simples notificação escrita para o efeito efetuada pelo Tomador, por crédito e em Euro na conta bancária indicada naquela notificação;
2. A Seguradora reconhece e aceita expressamente não poder opor qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer forma questionar a justeza ou fundamento do pedido de pagamento atrás referido ou a sua conformidade com o disposto no Convite ou em quaisquer outros documentos do respetivo concurso público, reconhecendo ainda que tal pedido de pagamento constituirá comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que o montante reclamado pelo Tomador é devido ao abrigo deste seguro-caução;

3. Tanto a Seguradora como o Segurado expressamente reconhecem e aceitam que o presente seguro-caução só poderá ser alterado com o acordo expresso e escrito do Tomador;

4. O presente seguro-caução é válido a partir da data da adjudicação do concurso e manter-se-á em vigor até ser cancelado pelo Tomador, através de comunicação escrita para o efeito remetida pelo mesmo à Seguradora, de acordo com o disposto no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, não podendo o presente seguro-caução ser cancelado, anulado, ou por qualquer outra forma extinto, exceto por virtude desta comunicação, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias, de liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos à Seguradora;

5. Quaisquer despesas decorrentes deste seguro-caução, designadamente prémios e comissões, correm por conta do Segurado.

... (local) ,... (data)... [assinatura eletrónica qualificada e selo temporal de validação cronológica, reconhecida na qualidade]

C – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Euros:€ Vai (nome do adjudicatário e representante legal), com sede em (morada), depositar na [sede, filial, agência ou delegação] do Banco a quantia de (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos (eliminar o que não interessa) à ordem da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., com sede no Palácio Nacional da Ajuda - Ala Sul, 1349-021 Lisboa, como caução do bom e pontual daquelas obrigações do (identificação e designação do procedimento), nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

O presente depósito permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento.

... (local) ,... (data)... [assinatura eletrónica qualificada e selo temporal de validação cronológica, reconhecida na qualidade]